



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Sumário

| | |
|--|----|
| PREGÃO ELETRÔNICO 038/2025 - RESULTADO DA ANÁLISE DE AMOSTRAS | 2 |
| PREGÃO ELETRÔNICO 038/2025 - AVISO DE RETOMADA | 4 |
| PREGÃO ELETRÔNICO 021/2025 - DECISÃO DE RECURSO | 5 |
| PREGÃO ELETRÔNICO 021/2025 - AVISO DE RETOMADA | 9 |
| CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA. | 10 |
| CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA - EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. | 11 |
| DECRETO N.º 5250, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO FLUXO DE INSCRIÇÃO E ALTERAÇÃO CADASTRAL DE FEIRANTES, PERMISSIONÁRIOS E AMBULANTES DO MERCADO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. | 12 |
| DECRETO N.º 5251, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE A NORMATIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APROVAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS, EMPRESARIAIS E INDUSTRIAIS NO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA. | 14 |
| SMS - RELATÓRIO FINAL DO RESULTADO DA QUALIFICAÇÃO. | 29 |
| SMF - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA. | 31 |
| SMF - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL. | 38 |

SETEMBRO DE 2025

Diário Oficial

Edição nº 653/2025

Expediente

O Diário Oficial de Caçapava é uma publicação sob a responsabilidade das entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Caçapava, Conforme **Lei Municipal nº 5819**, de 22 de março de 2021.

Demais edições do Diário Oficial Eletrônico de Caçapava poderão ser consultadas por meio do endereço eletrônico:
<https://cacapava.sp.gov.br/diario-oficial>.

As consultas são de acesso gratuito e não necessitam de qualquer realização de cadastro.

Prefeitura Municipal de Caçapava
 CNPJ: 45.189.305/0001-21
 Endereço: Rua Cap. Carlos de Moura, 243
 Telefone: (12) 3654-6600
 Site: <https://cacapava.sp.gov.br>

Câmara Municipal de Caçapava
 CNPJ: 48.408.496/0001-63
 Endereço: Praça da Bandeira, 151
 Telefone: (12) 3654-2000

FUSAM (FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA)
 CNPJ: 50.453.703/0001-43
 Endereço: Av. Dr. Pereira de Mattos, 63 - Centro, Caçapava/SP - CEP: 12281-450
 Telefone: (12) 3654-8800
 E-mail: comunicacao@fusam.com.br



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MERENDA ESCOLAR

OFÍCIO Nº 241/2025/DME/SME

Caçapava, 19 de setembro de 2025.

Ao
Departamento de compras e licitações

Assunto: Aquisição de Lanches, Mini Pães e Frutas Processadas
Processo 5024/2025 - Pregão E 38/2025 – Análise de amostras

Ao décimo oitavo dia do mês de setembro do corrente ano, reuniram-se Paulo Henrique Pinto, Diretor do Departamento de Merenda Escolar, Adrinéia Cristina Campos Carvalho, nutricionista técnico responsável, Aline Fernanda Silvestre Silva e Ana Lúcia de Souza – Conselho Municipal de Alimentação Escolar e Andresa Eleutério Coelho – merendeira deste Departamento, para análise das amostras, apresentadas pela empresa Lacerda Refeições Ltda, classificada como primeira colocada nos itens:

Empresa: Lacerda Refeições Ltda

Itens 10, 11, 12, 17, 19, 20, 21, 22 e 23 – atendendo plenamente aos requisitos do edital quanto a amostra

Situação: **Classificado**

Ao décimo nono dia do mês de setembro do corrente ano, reuniram-se Paulo Henrique Pinto, Diretor do Departamento de Merenda Escolar, Adrinéia Cristina Campos Carvalho, nutricionista técnico responsável, Aline Fernanda Silvestre Silva e Ana Lúcia de Souza – Conselho Municipal de Alimentação Escolar e Andresa Eleutério Coelho – merendeira deste Departamento, para análise das amostras, apresentadas pela empresa Pereira Martins Panificação Industrial, classificada como primeira colocada nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 13, 14, 15, 16 e 18.

Em análise das amostras apresentadas pela empresa Pereira Martins Panificação Industrial, verificou-se que os produtos entregues para avaliação não atenderam às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência/edital, durante a avaliação das amostras foi constatado que, mesmo estando armazenada em caixa de isopor, em desacordo com o solicitado, as amostras chegaram com os produtos alterados em suas características sensoriais (recheios derretidos/pastosos/rançosos), evidenciando falhas nas condições de conservação (temperatura) e tempo de transporte, e também os pães sem o sabor característico do produto.

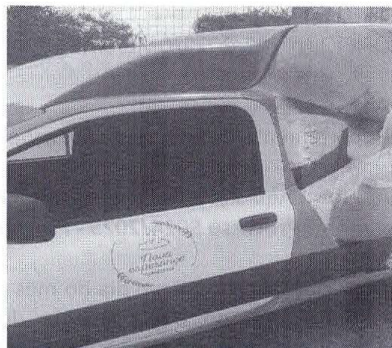
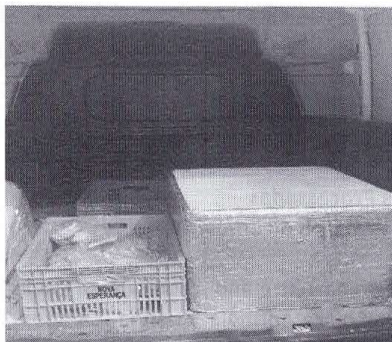
Cabe ressaltar que a empresa em questão possui uma distância de 32,9 km deste Departamento (ponto central), sendo em média de 22 km de distância do ponto central para cada linha, considerando o tempo de deslocamento, poderá comprometer as características sensoriais e sanitárias exigidas, representando risco de não conformidade com a legislação de

Rua João Gomes da Motta, 175, Village Miranda, Caçapava - SP
CEP: 12.287-430 / Tel. (12) 3652-9259 / merenda.escolar@cacapava.sp.gov.br



segurança alimentar, uma vez que o produto deverá estar em perfeitas condições para o consumo.

O veículo está em desacordo com a legislação vigente, em relação a identificação para transporte de alimentos, o veículo deve dispor de identificação nos lados direito e esquerdo, de forma visível, dentro de um retângulo de 30 cm de altura por 60 cm de comprimento, conforme determina a Portaria CVS nº 20/1991.



Segue para demais providências,

Sem mais, subscrevo-me.

ALINE FERNANDA SILVESTRE SILVA

Conselho Municipal de Alimentação Escolar

ANA LÚCIA DE SOUZA

Conselho Municipal de Alimentação Escolar

ANDRESA ELEUTÉRIO COELHO

Merendeira – matrícula 7823

ADRINÉIA CRISTINA CAMPOS CARVALHO

Nutricionista CRN3 – nº 3376

PAULO HENRIQUE PINTO

Diretor do Departamento de Merenda Escolar

Rua João Gomes da Motta, 175, Village Miranda, Caçapava - SP
CEP: 12.287-430 / Tel. (12) 3652-9259 / merenda.escolar@cacapava.sp.gov.br





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 038/2025 – Processo Administrativo nº 5024/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE LANCHES, MINI PÃES E FRUTAS PROCESSADAS

O Município de Caçapava comunica a todos os licitantes que será retomada a etapa do Pregão Eletrônico mencionado acima, em razão da publicação da **Análise das Amostras**, nesta edição do Diário Oficial do Município. A Sessão Pública será retomada no dia 25/09/2025 às 09h30min, no endereço eletrônico: www.comprascacapava.com.br, quando será dada continuidade ao certame.

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21



DECISÃO DE RECURSO

Processo Administrativo nº 2534/2025

Pregão Eletrônico nº 021/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE GESTÃO E CONTROLADORES DE ACESSO NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

O Secretário Municipal de Gestão Pública da Prefeitura Municipal de Caçapava, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelo art. 8º, § 1º, inciso IV do Decreto Municipal nº 4.985/2023, com base nas manifestações técnicas exaradas pela Pasta Requirante e no parecer jurídico da Procuradoria-Geral do Município, vem, por meio deste instrumento, tornar pública a decisão relativa ao recurso administrativo interposto pela empresa **R3MAIS TOPTECH LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **37.610.303/0001-36**, contra a decisão de inabilitação proferida no âmbito do Pregão Eletrônico nº 021/2025, nos seguintes termos:

Inicialmente, constata-se que o recurso foi interposto dentro do prazo legal, observando o disposto no art. 165, §1º da Lei nº 14.133/2021, razão pela qual se conhece o recurso quanto à sua admissibilidade temporal e formal.

A recorrente alega suposta nulidade na habilitação da empresa vencedora, sob o argumento de que houve a apresentação de documento imprescindível fora do prazo estabelecido no edital, em razão de a assinatura eletrônica constar com data posterior à entrega dos documentos de habilitação, além de divergência entre a data da assinatura e aquela constante no corpo do documento. Tal circunstância, segundo sustenta, violaria o princípio da tempestividade e comprometeria a autenticidade da documentação apresentada.

Entretanto, a análise técnica demonstra que tal alegação não se sustenta.

Inicialmente, importa esclarecer que o documento apontado como ausente pela recorrente refere-se **exclusivamente às notas explicativas** dos balanços patrimoniais dos exercícios de **2023 e 2024**. As notas explicativas, conforme amplamente reconhecido pelas normas contábeis e pela doutrina especializada, **integram as demonstrações financeiras**, sendo consideradas documentos auxiliares, com o objetivo de **elucidar, detalhar e complementar as informações apresentadas nos quadros principais dos balanços**.

Diante da constatação de sua ausência, a Administração, nos termos do **item 8.1.2.1 do edital**, promoveu a devida **diligência para complementação da documentação**, solicitando expressamente a apresentação das notas explicativas, em conformidade com o disposto no **item 8.2.14, alínea “g”** do instrumento convocatório.

A apresentação do documento com **assinatura eletrônica datada posteriormente à entrega inicial da documentação de habilitação** decorre justamente da resposta à diligência. Assim, é imprescindível reconhecer que **não se trata de apresentação de nova documentação**, tampouco de tentativa de correção de ausência absoluta, mas sim de **complementação de informações já contidas nos documentos originais** devidamente entregues no prazo.

Importante destacar que o **art. 64, §1º, da Lei nº 14.133/2021** permite expressamente a realização de diligência para **esclarecer ou complementar a instrução do processo**, desde que não importe em apresentação extemporânea de documentos essenciais ou em prejuízo à isonomia entre os licitantes. No presente caso, a diligência não alterou o conteúdo substancial da proposta ou da

documentação de habilitação, tampouco afetou a competitividade ou a legalidade do certame.

Nesse mesmo sentido, destaca-se o **Acórdão TCU nº 1211/2021**, que reconhece a possibilidade de saneamento de vícios formais, desde que não se configure criação de documento inexistente ou substituição de documentação exigida. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União, inclusive, reforça o entendimento de que a Administração Pública deve primar pela **instrumentalidade das formas**, evitando o **formalismo excessivo** que comprometa a busca pela proposta mais vantajosa ao interesse público.

A argumentação da recorrente, ao sustentar que haveria nulidade pela suposta ausência absoluta de documento de habilitação, não se aplica ao caso concreto. As **notas explicativas**, conforme demonstrado, são documentos **complementares e preexistentes**, cuja apresentação posterior decorreu de **regular diligência administrativa**, não configurando infração à legalidade nem comprometendo a higidez do procedimento licitatório.

Por fim, vale destacar que exigir a inabilitação da empresa recorrida com base na ausência inicial de documento acessório, cuja complementação foi devidamente autorizada e realizada sem prejuízo aos demais licitantes, **violaria os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência**, além de contrariar o próprio **art. 12, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**, que veda o formalismo desnecessário nos processos licitatórios.

A recorrente sustenta também que o procedimento da **Prova de Conceito**, etapa prevista no edital, teria incorrido em vícios insanáveis que comprometeriam a sua validade, apontando, especificamente: (i) a ausência de um dos membros da Comissão Técnica durante a execução da prova; (ii) a ausência de transparência nos critérios de avaliação; (iii) suposto direcionamento do certame, evidenciado pela coincidência entre o edital e o atestado de capacidade técnica da empresa vencedora; e (iv) afronta aos princípios da publicidade e da livre concorrência.

Tais alegações, contudo, **não encontram respaldo nos autos do processo**, tampouco se sustentam diante da documentação juntada pelas áreas técnicas responsáveis.

1. Presença da Comissão Técnica

De acordo com o **relatório apresentado pela Secretaria Municipal de Educação**, restou plenamente comprovado que **todos os membros da Comissão Técnica designados no edital participaram ativamente da análise e julgamento da Prova de Conceito**, tendo suas respectivas assinaturas sido devidamente apostas nos relatórios que compõem os autos. Não há qualquer indício de irregularidade quanto à composição do corpo técnico avaliador.

2. Critérios de Avaliação e Transparência

No tocante à alegação de ausência de transparência nos critérios de avaliação, cumpre registrar que o **edital previu de forma expressa os parâmetros objetivos que orientariam a análise da Prova de Conceito**, conforme disposto no item específico do Termo de Referência. Os critérios foram divulgados previamente, com observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, não havendo qualquer demonstração concreta de arbitrariedade ou de critérios subjetivos.

Conforme reiteradamente reconhecido pela jurisprudência do **Tribunal de Contas da União (TCU)** e pelos **Tribunais de Contas Estaduais**, a **Prova de Conceito é instrumento legítimo de aferição da capacidade técnica operacional**, desde que os critérios sejam previamente definidos, objetivos e compatíveis com o objeto da contratação — condições essas plenamente observadas no caso concreto.

3. Suposto Direcionamento e Coincidência entre Edital e Atestado Técnico

A acusação de direcionamento, baseada na semelhança entre os termos do edital e o conteúdo do atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa vencedora, **carece de substância jurídica e probatória**.

A própria **Secretaria de Educação** esclareceu que as especificações técnicas constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência foram elaboradas com base em **critérios objetivos, técnicos e justificadamente compatíveis com o interesse público**. A mera similitude entre exigências editalícias e experiências anteriores de fornecedores não configura, por si só, direcionamento, podendo refletir **padrões tecnológicos de mercado** ou **parâmetros mínimos de desempenho** adequados à complexidade do objeto licitado.

É entendimento consolidado do **TCU** que, **ausente a demonstração de restrição indevida à competitividade ou de cláusulas redigidas sob medida**, não se configura vício apto a ensejar nulidade do certame (cf. Acórdão TCU nº 1037/2017 – Plenário).

4. Publicidade e Livre Concorrência

Quanto à suposta violação dos princípios da publicidade e da livre concorrência, verifica-se, também, **inexistência de qualquer irregularidade procedimental**. Consoante informado pela pregoeira, **todos os licitantes classificados para a fase da Prova de Conceito foram devidamente cientificados**, com publicação das convocações no chat público da sessão e mediante orientação clara para que realizassem o agendamento diretamente com a Secretaria de Educação, através de e-mail institucional fornecido no edital.

A dinâmica adotada garantiu **igualdade de condições e pleno acesso à informação**, preservando os princípios da **ampla concorrência, publicidade e transparência** que regem os procedimentos licitatórios.

5. Análise do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Importante destacar que a recorrente já havia submetido o mesmo questionamento ao **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP)**, por meio de representação datada de **11/08/2025**. Após análise sumária, o TCESP proferiu decisão em **28/08/2025**, **indeferindo o pedido de sustação cautelar do certame**, com os seguintes fundamentos:

"Ao menos numa análise sumária e perfunctória, própria deste rito excepcional, bem como circunscrito aos termos da representação, não se evidenciam sinais mais robustos de fato que enseje a medida extrema da sustação cautelar do certame licitatório (...)."

Essa manifestação do órgão de controle externo confere ainda maior robustez à constatação da **regularidade do procedimento da Prova de Conceito**, afastando as alegações de vícios materiais ou formais apontadas pela recorrente.

Diante do exposto, com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, e considerando a análise técnica e jurídica constantes nos autos:

Conheço o recurso interposto por **R3MAIS TOPTECH LTDA** por ser tempestivo e preencher os requisitos formais de admissibilidade, contudo, no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, devendo ser **mantida a habilitação da empresa vencedora**, em respeito à **legalidade, isonomia, interesse público e à função social e instrumental da licitação**.

Caçapava, 23 de setembro de 2025.



Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 021/2025 – Processo Administrativo nº 2534/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE GESTÃO E CONTROLADORES DE ACESSO NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

O Município de Caçapava comunica a todos os licitantes que será retomada a etapa do Pregão Eletrônico mencionado acima, em razão da publicação da **Decisão de Recurso**, nesta edição do Diário Oficial do Município. A Sessão Pública será retomada no dia 25/09/2025 às 09h30min, no endereço eletrônico: www.comprascacapava.com.br, quando será dada continuidade ao certame.

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21



CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, Estado de São Paulo, observando o art. 43, inciso II, da Lei Federal nº 12.852/2013 e, em consonância com o disposto no art. 30, §2º, incisos II e III, combinado com o §1º do art. 11, da Lei Orgânica do Município, torna público que será realizada **audiência pública** na sede da **Câmara Municipal**, situada na Praça da Bandeira, nº 151, no Plenário "Vereador Fernando Navajas", no **dia 3 de outubro de 2025, às 15 horas**, para apresentação do **Projeto de Lei Nº 155/2025** – institui o Plano Municipal das Juventudes do Município de Caçapava e dá outras providências.

Expoente: Representante do Poder Executivo. Tempo: 20 minutos para exposição e 5 minutos para esclarecimentos.

Forma de participação popular: inscrição prévia com tempo para exposição de 5 minutos.

O projeto e o edital encontram-se à disposição no site: www.camaracacapava.sp.gov.br. Assinado: **Rodrigo Meireles Cursino - Presidente.**



CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA
CIDADE SIMPATIA – ESTADO DE SÃO PAULO

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE COMPRAS Nº 61/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no [art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), resolve:

ADJUDICAR o objeto à empresa **QUALITY SERVICE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA – CNPJ nº 11.863.969/0001-02** vencedora do Pregão supracitado e **HOMOLOGAR** o presente certame, cujo objeto consiste na prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios pelo valor total estimado de **R\$ 244.915,32 (duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e quinze reais e trinta e dois centavos)**, para o período de 12 (doze) meses.

Rodrigo Meireles Cursino – Presidente

DECRETO N.º 5250, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO FLUXO DE INSCRIÇÃO E ALTERAÇÃO CADASTRAL DE FEIRANTES, PERMISSIONÁRIOS E AMBULANTES DO MERCADO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edição nº 653, 23 de setembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

DECRETO Nº 5250, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a regulamentação do fluxo de inscrição e alteração cadastral de feirantes, permissionários e ambulantes do Mercado Municipal, e dá outras providências.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica regulamentado o procedimento de inscrição e de alteração cadastral de feirantes, permissionários e ambulantes do Mercado Municipal, observado o fluxo administrativo definido neste Decreto.

Art. 2º O processo administrativo terá início exclusivamente mediante abertura de protocolo pelo interessado junto ao Serviço de Atendimento ao Cidadão (Poupatempo), sendo vedado o recebimento de documentação por qualquer outro setor da Administração.

Art. 3º O fluxo processual seguirá a seguinte ordem:

I - abertura do processo no Setor de Protocolo, no Serviço de Atendimento ao Cidadão (Poupatempo), pelo interessado;

II - encaminhamento ao Departamento de Abastecimento e Agronegócio para conferência da documentação apresentada e análise de disponibilidade para deferimento ou indeferimento do pedido;

III - decisão do Secretário Municipal competente acerca da concessão da inscrição ou da alteração cadastral solicitada;

IV - encaminhamento ao Setor de Tributos para a adoção das providências administrativas e fiscais cabíveis.

Art. 4º O protocolo do processo somente poderá ser realizado pelo interessado ou por seu representante legal, devidamente constituído por procuração pública ou particular com firma reconhecida em cartório.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 5º A ausência de documentação obrigatória ou a inobservância do fluxo estabelecido neste Decreto ensejará o indeferimento imediato do pedido, sem prejuízo de nova solicitação com a documentação regularizada.

Art. 6º Compete ao Departamento de Abastecimento e Agronegócio a expedição de normas complementares e orientações técnicas necessárias à plena execução deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, 22 de setembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

DECRETO N.º 5251, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE A
NORMATIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA
APROVAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS, EMPRESARIAIS E
INDUSTRIAIS NO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA.

Edição nº 653, 23 de setembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

DECRETO N.º 5251, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a normatização dos procedimentos administrativos para aprovação de empreendimentos habitacionais, empresariais e industriais no Município de Caçapava, incluindo loteamentos, condomínios horizontais e verticais, bem como sobre os critérios para emissão de Termo de Recebimento de Obra (TRO), e dá outras providências.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar diretrizes técnicas para o ordenamento urbano, segurança, mobilidade e qualidade de vida da população nos empreendimentos habitacionais, empresariais e industriais;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), na Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Caçapava no Código de Obras e demais normas correlatas;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os dispositivos relacionados a aprovação de empreendimentos descritos na legislação vigente, Lei nº 1507/72, Lei Complementar nº 109/1999; Lei Complementar nº 119/99; Lei nº 4352/2005; Lei Complementar nº 254/2007; Leis Estadual e Leis Federais em especial a Lei nº 6766/1979; Lei nº 4591/1964; Lei nº 12.651/2012 e Normas ABNT de Mobilidade Urbana em especial a NBR - 9050/ 2020,

DECRETA

CAPÍTULO I

Empreendimentos a serem analisados

Art. 1º Serão submetidos a análise para aprovação da equipe técnica da Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, nos termos deste Decreto, os seguintes empreendimentos:

- I** - Loteamento Habitacional aberto ou fechado;
- II** - Loteamento Industrial aberto ou fechado;
- III** - Loteamento Misto Empresarial/Industrial aberto ou fechado;
- IV** - Condomínio Habitacional horizontal;
- V** - Condomínio Habitacional vertical;
- VI** - Condomínio de Lotes;

1
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

VII - Condomínio Empresarial / Industrial;

VIII - Conjuntos Residenciais.

§ 1º Os documentos a serem apresentados para aprovação dos empreendimentos dos incisos I a VIII constam no Anexo I que faz parte integrante deste Decreto.

§ 2º A nomenclatura comercial do empreendimento deverá ser sujeita a apreciação da equipe técnica da Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente quando da análise da aprovação Prévia a fim de evitar nomes repetidos ou similares a outros empreendimentos já existentes ou em aprovação.

Art. 2º A aprovação dos empreendimentos será realizada em 02 (duas) etapas:

I - Aprovação prévia;

II - Aprovação final.

Parágrafo único. Após a análise técnica da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, a aprovação final dos projetos de empreendimentos urbanísticos previstos neste Decreto deverá ter a anuência do Prefeito Municipal, sendo-lhe facultada a solicitação de parecer da Procuradoria-Geral do Município.

CAPÍTULO II

Das Diretrizes Técnicas e Procedimentos para Aprovação

Art. 3º Os processos administrativos para aprovação de projetos urbanísticos e arquitetônicos referentes a loteamentos e condomínios deverão obedecer ao limite de 03 (três) comunicados, emitidos pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

§ 1º Cada comunicado deverá ser atendido no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento da notificação.

§ 2º O prazo para atendimento dos comunicados poderá ser prorrogado, mediante justificativa técnica formal apresentada pelo interessado e aceita pela Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, porém a soma das prorrogações não poderá ultrapassar 18 (dezoito) meses.

§ 3º O descumprimento do prazo ou o não atendimento integral às exigências implicará o arquivamento definitivo do processo, sendo necessário protocolar abertura de novo processo com recolhimento de novas taxas e emolumentos.

2
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

§ 4º A limitação visa garantir a eficiência, economicidade e razoabilidade da Administração Pública, nos termos do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 4º É obrigatório nos projetos de loteamentos, conjuntos residenciais e condomínios, a apresentação de Projeto de Contenção de taludes ou barreiras de proteção, acompanhado da respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT - Registro de Responsabilidade Técnica, com objetivo preventivo contra o deslizamento ou escoamento de terra que possa atingir vias públicas, imóveis lindeiros ou áreas de preservação permanente (APPs) durante a execução das obras.

§ 1º A contenção deverá ser instalada no início das obras, e deverá permanecer em funcionamento até cessado o risco de instabilidade, mediante verificação técnica da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

§ 2º O não atendimento a essa exigência ensejará a imediata paralisação das obras, mediante embargo administrativo, com base no inciso IV do artigo 12 da Lei nº 1507/1972, até que as medidas previstas no projeto de contenção sejam integralmente executadas e atestadas pela equipe técnica da Prefeitura.

Art. 5º Como condição para a emissão da **APROVAÇÃO PRÉVIA** do projeto urbanístico de loteamentos, conjuntos residenciais ou condomínios o interessado deverá entregar obrigatoriamente:

I - Requerimento padrão;

II - Certidão de uso do solo dentro da validade;

III - Matrícula atualizada do imóvel;

IV - Documentação do Requerente (cartão do CNPJ e RG / CPF ou CNH do representante legal ou indicado com Procuração da empresa);

V - O arquivo eletrônico do projeto urbanístico em formato dwg, com todas as camadas e informações cartográficas georreferenciadas no Sistema de Coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator), referenciado ao Sistema Geodésico Brasileiro, com Datum SIRGAS2000, conforme as exigências da Norma Técnica de Georreferenciamento;

VI - O arquivo georreferenciado do perímetro do terreno em formato KMZ, compatível com ferramentas de geolocalização (Google Earth ou similar), de forma a garantir o correto posicionamento e controle espacial da implantação;

VII - Uma via impressa colorida do Projeto Urbanístico em escala compatível e legível para a análise e com as devidas assinaturas, conforme padrão GRAPROHAB – Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo;

3
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

VIII - Uma via impressa colorida da Planta de Localização da Área (limite da gleba em vermelho) sobreposta a imagem de satélite, em escala compatível com a visualização detalhada do local do empreendimento e da vizinhança, e com as devidas assinaturas;

IX - Uma via colorida da Planta de Localização da Área (limite da gleba em vermelho) sobreposta a Carta do IGC – Instituto Geográfico e Cartográfico, correspondente à região, em escala compatível com a visualização detalhada do local do empreendimento e da vizinhança, e com as devidas assinaturas;

X - Uma via do Memorial Descritivo e Justificativo do Empreendimento, com as devidas assinaturas;

XI - ART - Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT - Registro de Responsabilidade Técnica dos trabalhos técnicos em concordância com a atividade desenvolvida.

Parágrafo único. A entrega dos arquivos digitais tem por objetivo subsidiar os registros técnicos do Município e integrar o empreendimento ao sistema de planejamento territorial e monitoramento ambiental da Administração Pública por meio de ferramentas de Geoprocessamento.

Art. 6º Os projetos de todos os tipos de empreendimentos, previstos neste Decreto, exceto condomínios e conjuntos com até 60 unidades, deverão apresentar, como parte do processo de APROVAÇÃO FINAL:

I - Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), contendo os elementos previstos na legislação municipal vigente e atendendo aos princípios do desenvolvimento urbano sustentável;

II - Relatório de Impacto de Trânsito (RIT), sempre que a Administração Municipal, por meio da Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente ou da Secretaria de Segurança e Mobilidade Urbana, entender necessário, conforme o porte, localização ou impacto potencial do empreendimento.

Parágrafo único. A exigência do EIV ou RIT não exime o empreendedor do atendimento às demais diretrizes técnicas e legais aplicáveis, devendo os estudos serem apresentados também em versão digital e compatível com os sistemas técnicos adotados pelo Município.

Art. 7º Na concepção do Projeto Urbanístico, deverão ser observadas todas as exigências técnicas previstas neste Decreto, de modo que a aprovação prévia seja compatível com a aprovação final, quando os demais projetos deverão ser apresentados.



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Seção I – Loteamentos Abertos e Conjuntos Residenciais

Art. 8º Para aprovação final, os projetos de loteamentos Abertos e Conjuntos Residenciais deverão obrigatoriamente conter:

I - Projeto de Infraestrutura cicloviária conectada à rede municipal;

II - Projeto do Sistema de lazer mínimo com:

- a) quadra poliesportiva e/ ou campo de futebol;
- b) parque infantil;
- c) academia ao ar livre.

III - Projeto de Monitoramento por Câmeras de Segurança em acessos ao loteamento e sistema de lazer;

IV - Projeto de Drenagem com sistema dissipação de energia hidráulica com facilidade de acesso para manutenção e Bacia(s) de Detenção de Águas Pluviais conforme estudo hidrológico apresentado.

§ 1º Dada a complexidade técnica de alguns empreendimentos, a Prefeitura Municipal poderá exigir que o projeto de drenagem seja atestado por instituto ou entidade técnica especializada, com notório saber técnico e habilitação legal, como condição para sua aprovação.

§ 2º Quando do Requerimento do Habite-se deverá ser apresentado Planta aprovada, Caderneta de obras ou Declaração do profissional Técnico, Declaração de Águas pluviais e comprovação de ligação das unidades na rede de esgoto.

Art. 9º Os loteamentos deverão implantar o sistema de lazer de forma centralizada no projeto urbanístico, garantindo acessibilidade equitativa aos moradores.

Parágrafo único. A localização deverá ser analisada pela Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, considerando critérios de equidistância, acessos e integração com a malha viária.

Art. 10. Nos loteamentos abertos será obrigatório a apresentação de Projeto de Implantação de Câmeras de segurança nos principais acessos.

§ 1º O projeto deverá ser aprovado pela Secretaria de Defesa e Mobilidade Urbana.



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

§ 2º No momento do TRO, o sistema deverá estar em pleno funcionamento, com atestado da referida Secretaria.

§ 3º O sistema implantado deverá ser integrado ao COI – Centro de Operações Integradas do Município.

Art. 11. Todas as áreas verdes lindeiras à via pública deverão ser entregues com calçada em concreto (tipo vassourado), em largura compatível com a legislação vigente.

§ 1º As áreas verdes não poderão fazer divisa com os lotes, devendo haver uma viela entre eles, sendo esta viela com dimensão mínima de 4,00m (quatro metros) de largura, devidamente pavimentada, iluminada e drenada.

§ 2º A iluminação de vielas deverá constar no projeto de iluminação pública e rede de iluminação, bem como a iluminação de área de lazer e de áreas verdes quando for o caso.

Seção II – Loteamentos Fechados (com controle de acesso) (Habitacional, empresarial e industrial)

Art. 12. Para aprovação final dos projetos de loteamentos fechados com controle de acesso, deverão obrigatoriamente conter:

I - Projeto de Infraestrutura cicloviária conectada à rede municipal;

II - Projeto da Portaria e Fechamento com:

- a)** Baía de serviço para coleta de lixo;
- b)** Lixeira comunitária;
- c)** Vaga externa para visitante ou embarque/desembarque.

III – Projeto do Sistema de lazer mínimo com:

- a)** quadra poliesportiva e/ou campo de futebol;
- b)** parque infantil (exceto para loteamentos empresariais e industriais);
- c)** academia ao ar livre,



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

IV - Projeto de Drenagem com sistema de dissipação de energia hidráulica com facilidade de acesso para manutenção e Bacia(s) de Detenção de Águas Pluviais conforme estudo hidrológico aprovado.

§ 1º Os itens dos incisos I e II deste artigo não podem ser projetados e construídos em áreas destinadas ao Município como área verde ou institucional.

§ 2º Dada a complexidade técnica de alguns empreendimentos, a Prefeitura Municipal poderá exigir que o projeto de drenagem seja atestado por instituto ou entidade técnica especializada, com notório saber técnico e habilitação legal, como condição para sua aprovação.

§ 3º De acordo com tipo e dimensão do empreendimento deverão ser observadas as exigências do Anexo II deste Decreto.

§ 4º Quando do pedido de fechamento do empreendimento para loteamento fechado com controle de acesso deverá constar no Termo de Fechamento comprovação de transferência da titularidade do faturamento do consumo de energia elétrica correspondente a iluminação das vias e ornamentais de uso comum para a associação ou responsável.

Art. 13. Nos projetos de loteamento fechado, as áreas verdes previstas no projeto urbanístico deverão obrigatoriamente compor o perímetro interno do fechamento, de modo que permaneçam inseridas no interior do loteamento.

§ 1º Essa exigência visa garantir a preservação ambiental, paisagismo e manutenção contínua das áreas verdes pela associação de proprietários ou entidade equivalente responsável pela administração do loteamento fechado.

§ 2º A configuração do fechamento e a localização das áreas verdes deverão ser apresentadas em planta específica, a ser aprovada pela Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente no momento da análise do projeto.

§ 3º A Prefeitura poderá indeferir o fechamento caso se verifique que a disposição das áreas verdes prejudica sua preservação, manutenção ou descaracteriza o uso comum a que se destinam.

§ 4º As áreas verdes não poderão fazer divisa com os lotes, devendo haver uma viela entre eles, sendo esta viela com dimensão mínima de 4,00m (quatro metros) de largura, devidamente pavimentada, iluminada e drenada.

§ 5º Todas as áreas públicas lindeiras à via pública deverão ser entregues com calçada em concreto (tipo vassourado), em largura compatível com a legislação vigente.



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 14. Para os loteamentos fechados, a Prefeitura poderá autorizar a não constituição da área institucional, mediante conversão da obrigação em execução de obra de infraestrutura pública em outro local, a ser definido conforme diretrizes técnicas da Administração Municipal.

Seção III – Condomínios Horizontais (Habitacional, Empresarial, Industrial, Condomínio de lotes)

Art. 15. Os Condomínios Horizontais devem conter:

I - Portaria e controle de acesso;

II - Áreas de lazer com ao menos dois dos seguintes:

- a)** quadra poliesportiva e/ou campo de futebol;
- b)** parque infantil (exceto para condomínios empresariais e

industriais);

c) academia ao ar livre;

d) espaço de convivência arborizado.

III - Estudo de impacto viário e solução de drenagem;

IV - Baía de serviço externa;

V - Lixeira comunitária que atenda normas sanitárias;

VI - Vaga para visitante e embarque/desembarque conforme tabela do Anexo II.

§ 1º O cumprimento dessas exigências será condição obrigatória para a emissão do habite-se dos empreendimentos Condomínios Horizontais (Habitacional, Empresarial, Industrial).

§ 2º Quando do Requerimento do Habite-se deverá ser apresentado Planta aprovada, Caderneta de obras ou Declaração do profissional Técnico, Declaração de Águas pluviais e comprovação de ligação das unidades na rede de esgoto.

§ 3º De acordo com tipo e dimensão do empreendimento deverão ser observadas exigências Anexo II deste Decreto.

Seção III – Condomínios Verticais (Habitacional, Empresarial, Industrial)

Art. 16. Os Condomínios Verticais devem conter:

I - Portaria e controle de acesso;

8
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

- seguintes:
- II** - Estudo de impacto viário e solução de drenagem;
 - III** - Sistema de lazer proporcional com pelo menos dois dos seguintes:
 - a)** parque infantil (exceto para condomínios empresariais e industriais);
 - b)** academia;
 - c)** área verde;
 - d)** espaço de convivência,
 - IV** - Baía de serviço externa;
 - V** - Lixeira comunitária que atenda normas sanitárias;
 - VI** - Vaga para visitante e embarque/desembarque conforme tabela do Anexo II.

§ 1º O cumprimento dessas exigências será condição obrigatória para a emissão do habite-se do empreendimento.

§ 2º Quando do Requerimento do Habite-se deverá ser apresentado Planta aprovada, Caderneta de obras ou Declaração do profissional Técnico, Declaração de Águas pluviais, e comprovação de ligação na rede de esgoto, e AVCB Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

§ 3º De acordo com tipo e dimensão do empreendimento deverão ser observadas exigências Anexo II deste Decreto.

Seção IV – Contrapartidas Urbanísticas

Art. 17. O Município poderá estabelecer contrapartidas com base no EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança ou RIT - Relatório de Impacto de Trânsito.

§ 1º As contrapartidas citadas no caput desse artigo devem ser formalizadas por Termo de Compromisso assinado entre o Município e o Empreendedor, devendo ser solicitada pelo empreendedor mediante apresentação de declaração de substituição de Área Institucional, conforme modelo no Anexo III.

§ 2º As contrapartidas podem incluir obras públicas, compensações ambientais ou sociais.

§ 3º O valor financeiro da contrapartida não poderá ultrapassar 1,5% do VGV – Valor Geral de Vendas.



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 18. As contrapartidas urbanísticas decorrentes da aprovação de empreendimentos habitacionais, nos termos deste Decreto, poderão, a critério da Administração Municipal, ser destinadas à aquisição de equipamentos, mobiliários, sistemas e insumos operacionais voltados às atividades da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

§ 1º Os equipamentos adquiridos deverão ser utilizados exclusivamente em ações de fiscalização territorial, monitoramento ambiental, planejamento urbano e aprimoramento da gestão técnica municipal.

§ 2º A aplicação da contrapartida nessa modalidade não poderá exceder o limite de 1,5% (um e meio por cento) do Valor Geral de Vendas (VGV) do empreendimento, conforme estimativa apresentada no processo de aprovação.

§ 3º A utilização da contrapartida será formalizada mediante Termo de Compromisso específico, contendo a descrição dos bens ou serviços, seus valores estimados e a finalidade pública a que se destinam.

§ 4º A destinação deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência, com posterior prestação de contas junto aos órgãos de controle interno do Município.

CAPÍTULO III – Da Emissão do Termo de Recebimento de Obra (TRO) (Loteamentos, Conjuntos Residenciais, Condomínios de lotes e Condomínios horizontais)

Art. 19. Para emissão do Termo de Recebimento de Obra (TRO) de Loteamentos, Conjuntos Residenciais, Condomínios de lotes e Condomínios horizontais, o empreendedor deverá apresentar requerimento instruído com a devida solicitação contendo os seguintes documentos:

I – Áreas Internas ao Empreendimento: Relatório fotográfico detalhado e devidamente assinado em todas as folhas pelo interessado contendo, obrigatoriamente, registros atualizados das seguintes estruturas e áreas:

- a) Sistema de lazer implantado (quadras, parques e academias);
- b) Áreas verdes e áreas institucionais;
- c) Acesso principal do empreendimento;
- d) Dispositivos de drenagem (viela sanitária, servidão de passagem, escadas hidráulicas e dissipadores de energia) dentro ou fora de áreas verdes e/ou áreas de preservação permanente (APP);
- e) Bacias de retenção e outras soluções de drenagem previamente aprovadas;

10

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

f) Todas as vias públicas implantadas, devendo cada fotografia conter, de forma legível, a identificação ou nomenclatura da rua conforme conste no projeto urbanístico aprovado;

g) Conjunto de iluminação pública,

II - Declaração técnica do responsável pela execução das obras, com a devida ART, atestando a conclusão de obras de terraplenagem, drenagem, pavimentação, sinalização; (Conforme modelo no Anexo III deste Decreto);

III - Declaração técnica do responsável pela execução das obras de energia e iluminação pública, com a devida ART, atestando a conclusão de obras, notas fiscais dos braços e luminárias e o Termo de Garantias das Luminárias e o Termo de recebimento e energização, emitido pela concessionária de energia;

IV - Atestado de Conclusão de Obra da Concessionária de Água e Esgoto para o Sistema de Água e Esgoto;

V - Certidão negativa de débitos fiscais municipais;

VI - Demarcação física de todos os lotes em todos os vértices de cada lote.

§ 1º Será condição obrigatória para a emissão do Termo de Recebimento de Obra (TRO) a comprovação da execução de calçada, e os devidos fechamentos e placas informativas das seguintes áreas públicas do empreendimento:

a) Áreas verdes (somente calçada e identificação);

b) Sistema de lazer a critério da equipe técnica da SPUMA – Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente;

c) Áreas institucionais, quando previstas no projeto aprovado.

§ 2º As calçadas deverão seguir as normas técnicas de acessibilidade e padrão urbanístico municipal vigente, podendo ser admitido o concretado vassourado, garantindo o trânsito seguro de pedestres e a integração das áreas públicas com o sistema viário.

§ 3º Áreas Externas ao Empreendimento: Nos casos em que o empreendimento tenha previsto, por exigência técnica, Termo de Compromisso ou contrapartida urbanística, a execução de obras externas ao perímetro do loteamento ou condomínio, ou ainda de obras públicas de infraestrutura como condição para aprovação, o pedido de emissão do TRO deverá ser acompanhado de:

a) Relatório técnico fotográfico detalhado das obras executadas, demonstrando sua fiel conclusão e conformidade com o projeto aprovado;



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

b) ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica referente à execução e à elaboração do relatório, assinada pelo profissional responsável;

c) Declaração de conformidade emitida pelo órgão técnico municipal competente, após vistoria e validação da implantação das obras previstas.

Art. 20. Para loteamentos abertos, deverá constar o atestado de comprovação da implantação e funcionamento do sistema de monitoramento por câmeras, devidamente emitido pela Secretaria de Defesa e Mobilidade Urbana, com integração ao COI.

Art. 21. Para emissão do Termo de Recebimento de Obra (TRO) de Loteamento Industrial aberto; Loteamento Misto Empresarial / Industrial aberto e Conjuntos Residenciais o empreendedor deverá apresentar além dos documentos elencados no artigo 20 deste Decreto, os termos de garantia das luminárias e ART de execução dos serviços de iluminação pública.

Art. 22. Para a emissão do Termo de Recebimento de Obra (TRO), o interessado deverá apresentar, para fins de cadastro e consolidação do empreendimento no banco de dados do Município, adicionalmente:

I - Arquivo digital em formato PDF (assinado) e DWG contendo o projeto urbanístico georreferenciado conforme executado, com a representação final das quadras, lotes, vias públicas, áreas verdes, institucionais e de lazer, incluindo eventuais ajustes técnicos ocorridos durante a execução;

II - Arquivo digital em formato PDF (assinado) e DWG contendo o Projeto de Drenagem completo conforme executado;

III - Matrículas das áreas públicas: verde e institucional.

Parágrafo único. Qualquer alteração urbanística em relação ao projeto originalmente aprovado deverá ser previamente submetida à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, sob pena de indeferimento do TRO ou exigência de regularização formal.

Art. 23. Como parte integrante das exigências para emissão do Termo de Recebimento de Obra (TRO), o empreendedor deverá implantar e entregar ao Município um ponto de controle topográfico georreferenciado, de acordo com norma técnica vigente.

§ 1º O ponto deverá ser implantado em área pública, fora da faixa de calçada, em local seguro, acessível e durável, preferencialmente em rotatória ou canteiro, com proteção física ao seu entorno de no mínimo 1,00 m x 1,00 m com pavimentação de concreto ou piso intertravado.

12
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

§ 2º A localização do marco deverá ser informada por meio de croqui georreferenciado e arquivo digital compatível com sistemas GIS e CAD, integrando o cadastro técnico do empreendimento.

Art. 24. Como condição obrigatória para a emissão do Termo de Recebimento de Obra (TRO) de loteamentos abertos ou fechados e condomínios de lotes o empreendedor deverá realizar a demarcação física de todos os lotes, mediante:

I - Instalação de marco de concreto padronizado em todos os vértices de cada lote;

II - Pintura em tinta durável sobre o marco ou guia, indicando de forma visível e legível o número da quadra e do lote, conforme aprovado no projeto urbanístico.

§ 1º A demarcação deverá estar presente no momento da vistoria final para fins de TRO e permanecer íntegra até a ocupação do lote, servindo como elemento de identificação e controle urbanístico.

§ 2º Esta medida visa facilitar a localização pelos futuros proprietários, além de subsidiar os serviços públicos e ações de fiscalização, como licenciamento de construção, limpeza, segurança e regularização fundiária.

§ 3º A Prefeitura poderá exigir a substituição ou reforço da sinalização caso se verifique desgaste, ausência ou dificuldade de leitura durante a vistoria técnica.

Art. 25. As áreas institucionais previstas nos projetos de loteamentos deverão ser entregues ao Município em perfeitas condições físicas, observando-se os seguintes critérios mínimos:

I - Estarem totalmente limpas, livres de resíduos de obra, entulho, materiais de construção ou restos vegetais;

II - Isentas de erosões, buracos ou rebaixamentos que comprometam sua integridade, acessibilidade ou segurança;

III - Revegetadas com cobertura vegetal graminóide, preferencialmente por meio de plantio de grama ou espécie rasteira equivalente, garantindo o controle da erosão superficial e a integração paisagística com o entorno;

IV - Deverá ser executada a terraplenagem afim de garantir a otimização do uso da melhor forma;



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

V - Deverá ser executada calçada podendo ser usado o concretado vassourado, garantindo o trânsito seguro de pedestres e a integração das áreas públicas com o sistema viário;

VI - Deverá ser colocada placa de identificação de Área Pública.

Parágrafo único. A vistoria final para emissão do TRO somente será considerada favorável caso as áreas institucionais estejam em plenas condições de uso futuro, com o terreno nivelado, estabilizado e visualmente compatível com as diretrizes urbanísticas do empreendimento.

Art. 26. Nos loteamentos abertos, o empreendedor fica responsável pela MANUTENÇÃO do parque de iluminação pública do empreendimento até a emissão do TRO, inclusive, a mão de obra, equipamentos e materiais para o perfeito funcionamento da iluminação pública que corresponde ao empreendimento; e após a emissão do TRO o empreendedor fica responsável pela GARANTIA de vícios de execução, materiais e luminárias, por um período de 60 meses da data de energização do parque de iluminação.

Art. 27. Nos loteamentos abertos, o empreendedor ficará responsável, por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da emissão do Termo de Recebimento de Obra (TRO) pela limpeza, manutenção e conservação do sistema de lazer, áreas verdes e canteiros.

§ 1º Essa obrigação tem por finalidade garantir a adequada transição da gestão e conservação das áreas públicas até que o Município possa incluir o empreendimento na programação oficial de limpeza pública urbana e manejo de áreas verdes.

§ 2º A ausência de manutenção durante o período estipulado poderá ensejar a aplicação de medidas administrativas e compensatórias ao empreendedor, a critério da Administração Municipal, sem prejuízo das sanções previstas em legislações específicas.

Art. 28. Após vistoria da Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente constatando que o empreendimento tenha concluído a totalidade das obras de infraestrutura urbana e não possua a Licença de Operação (LO) emitida pela CETESB no momento da solicitação do Termo de Recebimento de Obra – TRO, o município deverá, emitir Termo de Recebimento de Obra Parcial – TRO-P.

§ 1º O Termo de Recebimento de Obra Parcial - TRO-P não substitui a obrigação de obtenção da Licença de Operação, devendo o empreendedor apresentar a LO como condição para a emissão do TRO.

§ 2º Como medida de garantia, deverão permanecer lotes caucionados tantos quantos necessários, ou seguro garantia ou carta fiança, os quais serão



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

definidos conforme critério técnico da Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, até a apresentação da LO e emissão do TRO.

§ 3º A liberação dos lotes caucionados estará condicionada à emissão da Licença de Operação da CETESB.

§ 4º O TRO-P (Parcial) deverá conter restrições administrativas, tais como: impedimento de emissão de habite-se, escrituração, registro em cartório ou outros atos vinculados à ocupação dos lotes caucionados.

§ 5º A emissão do TRO Parcial será formalizada acompanhado de parecer jurídico da Procuradoria Municipal.

§ 6º Poderá ser emitido Termo de Recebimento de Obra Parcial - TRO-P nos casos em que as Obras externas ao empreendimento ou contrapartidas não estejam concluídas devendo permanecer lotes caucionados tantos quantos necessários para garantir a conclusão dessas obras.

Art. 29. Os laudos e atestados a serem apresentados pelo Representante Técnico e pelo Empreendedor deverão atender aos modelos do Anexo III.

Art. 30. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, 22 de setembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

15
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

Caçapava, 23 de Setembro de 2025.

RELATÓRIO FINAL DO RESULTADO DA QUALIFICAÇÃO

Processo nº: 3234/2025

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde – Município de Caçapava/SP

Assunto: Qualificação de Organizações Sociais na Área da Saúde

O presente relatório tem por objetivo apresentar o resultado final do Processo de Qualificação de Organizações Sociais na Área da Saúde, conduzido pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Comissão Especial para Qualificação, em conformidade com a Lei Federal nº 9.637/1998, Lei Estadual nº 846/1998, Lei Municipal nº 4.996/2010 (alterada pelas Leis nº 5.535/2017 e nº 6.226/2024) e demais dispositivos legais pertinentes.

O prazo para protocolo da documentação foi estabelecido pelo edital e encerrado em 08 de agosto de 2025. No período, foram recebidos documentos das seguintes entidades:

INSTITUTO ESPERANÇA – CNPJ: 10.779.749/0001-32

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE BASE INSTITUCIONAL – CNPJ: 08.897.999/0001-25

A Comissão Especial procedeu à análise da documentação apresentada, verificando o atendimento aos requisitos previstos no edital, incluindo:

Regularidade jurídica e fiscal;

Comprovação de finalidade não lucrativa;

Experiência comprovada na área de saúde;

Atendimento aos requisitos técnicos e administrativos exigidos.

No prazo regulamentar para apresentação de recursos, não foram protocoladas manifestações ou impugnações por parte das entidades participantes.

Após análise das manifestações apresentadas, a Comissão Especial manteve o resultado para as entidades **INSTITUTO ESPERANÇA – CNPJ: 10.779.749/0001-32** e **AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE BASE INSTITUCIONAL – CNPJ: 08.897.999/0001-25**, por atenderem plenamente aos requisitos do edital.

Rua Prof. João Batista Ortiz Monteiro – Caçapava/SP - FONE – PABX (12) 3653 4199



Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

Concluídas todas as etapas, a Comissão Especial DECLARA QUALIFICADAS e APTAS A PROSEGUIR PARA A FASE DE SELEÇÃO as seguintes organizações:


INSTITUTO ESPERANÇA – CNPJ: 10.779.749/0001-32


AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE BASE INSTITUCIONAL – CNPJ: 08.897.999/0001-25


O presente relatório será juntado aos autos do processo administrativo para fins de registro e continuidade das etapas subsequentes do processo de seleção e celebração do contrato de gestão, conforme previsto no edital.



Luiz Guilherme Cristino Pacheco

Presidente da Comissão Especial de Qualificação de Organização Social na área da Saúde


Zuleide Buriti Alves das Virgens
Membro


Daiane Lucena Sousa
Membro


Sueli-Frias Valverde Domingos
Membro


Sheila Cristina dos Santos
Membro


Jaqueline Maria Santos Alves
Membro

Rua Prof. João Batista Ortiz Monteiro – Caçapava/SP - FONE – PABX (12) 3653 4199

| | | | |
|---|--|----------------------------|---|
| CN-SIFFM | MUNICIPIO DE CACAPAVA | | CONAM |
| | Relatorio Resumido da Execucao Orcamentaria | | |
| | Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutencao e Desenvolvimento do Ensino - MDE | | |
| | Orcamentos Fiscal e da Seguridade Social | | |
| REEO - ANEXO 8 (LDB, art.72) | Periodo de Referencia: JANEIRO a AGOSTO 2025 / BIMESTRE: JULHO-AGOSTO | | R\$ 1,00 |
| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituicao Federal) | | | |
| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS | | PREVISAO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Ate o Bimestre (b) |
| 1 - RECEITA DE IMPOSTOS | | 110.365.206,32 | 75.644.807,61 |
| 1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propr.Predial e Ter.Urbana-IPTU | | 30.496.359,57 | 21.227.862,92 |
| 1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissao Inter Vivos - ITBI | | 11.465.049,96 | 9.397.917,58 |
| 1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Servicos de Qualquer Natureza-ISS | | 53.692.796,79 | 36.282.085,76 |
| 1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | | 14.711.000,00 | 8.736.941,35 |
| 12 - RECEITA DE TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | | 254.683.300,87 | 167.003.073,41 |
| 2.1- Cota-Parte FPM | | 97.693.909,50 | 61.977.286,50 |
| 2.1.1- Parcela referente a CF, art. 159, I, alinea b | | 87.014.050,65 | 58.297.427,65 |
| 2.1.2- Parcela referente a CF, art. 159, I, alineas d e e | | 10.679.858,85 | 3.679.858,85 |
| 2.2- Cota-Parte ICMS | | 130.134.192,51 | 81.935.366,00 |
| 2.3- Cota-Parte IPI-Exportacao | | 919.518,92 | 593.478,24 |
| 2.4- Cota-Parte ITR | | 96.955,98 | 10.901,50 |
| 2.5- Cota-Parte IPVA | | 25.838.723,96 | 22.486.041,17 |
| 2.6- Cota-Parte IOF-Ouro | | | |
| 2.7- Compensacoes Financeiras Provenientes de Imp. e Transf.Constitucionais | | | |
| 13 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2) | | 365.048.507,19 | 242.647.881,02 |
| 14 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB-20% DE ((2.1.1)+(2.2)+(2.3)+(2.4)+(2.5)+(2.7)) | | 48.800.688,40 | 32.664.642,91 |
| 15 - VALOR MINIMO A SER APLICADO ALEM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB | | | |
| 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + (2.7)) | | | |
| 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)) | | 42.461.438,39 | 27.997.327,33 |
| FUNDEB | | | |
| RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCICIO | | PREVISAO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Ate o Bimestre (b) |
| 16 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS | | 73.010.379,35 | 47.980.052,61 |
| 6.1- FUNDEB - Impostos e Transferencias de Impostos | | 72.672.967,69 | 47.642.640,95 |
| 6.1.1- Principal | | 71.582.967,69 | 46.882.967,69 |
| 6.1.2- Rendimentos de Aplicacao Financeira | | 1.090.000,00 | 759.673,26 |
| 6.1.3- Ressarcimento de Recursos do FUNDEB | | | |
| 6.2- FUNDEB - Complementacao da Uniao - VAAF | | | |
| 6.2.1- Principal | | | |
| 6.2.2- Rendimentos de Aplicacao Financeira | | | |
| 6.2.3- Ressarcimento de Recursos do FUNDEB | | | |

| | | | | | |
|--|---|---------------------|--|---------------------|----------|
| CN-SIFFM | MUNICIPIO DE CACAPAVA | | | | CONAM |
| Relatorio Resumido da Execucao Orcamentaria | | | | | |
| Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutencao e Desenvolvimento do Ensino - MDE | | | | | |
| Orcamentos Fiscal e da Seguridade Social | | | | | |
| REEO - ANEXO 8 (LDB, art.72) | Periodo de Referencia: JANEIRO a AGOSTO 2025 / BIMESTRE: JULHO-AGOSTO | | | | R\$ 1,00 |
| RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCICIO | | PREVISAO ATUALIZADA | | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | (a) | | Ate o Bimestre (b) | |
| 6.3- FUNDEB - Complementacao da Uniao - VAAT | | | | | |
| 6.3.1- Principal | | | | | |
| 6.3.2- Rendimentos de Aplicacao Financeira | | | | | |
| 6.3.3- Ressarcimento de Recursos do FUNDEB | | | | | |
| 6.4- FUNDEB - Complementacao da Uniao - VAAR | | 337.411,66 | | 337.411,66 | |
| 6.4.1- Principal | | 337.411,66 | | 337.411,66 | |
| 6.4.2- Rendimentos de Aplicacao Financeira | | | | | |
| 6.4.3- Ressarcimento de Recursos do FUNDEB | | | | | |
| 7 - RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)1 | | 22.782.279,29 | | 14.218.324,78 | |
| ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB | | | | | |
| RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCICIOS ANTERIORES E NAO UTILIZADOS (SUPERAVIT) | | | | VALOR | |
| | | | | | |
| 18 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERAVIT | | | | 3.462.825,16 | |
| 8.1- SUPERAVIT DO EXERCICIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR | | | | 3.462.825,16 | |
| 8.2- SUPERAVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCICIOS | | | | | |
| 19 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONIVEIS PARA UTILIZACAO (6 + 8) | | | | 51.442.877,77 | |
| DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB | | DOTACAO | | DESPESAS | |
| (Por Subfuncao) | | ATUALIZADA | | EMPENHADAS | |
| | | (c) | | Ate o Bimestre | |
| | | (d) | | Ate o Bimestre | |
| | | (e) | | Ate o Bimestre | |
| | | (f) | | Ate o Bimestre | |
| | | (g) | | Ate o Bimestre | |
| 10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB | | * | | 39.690.498,071 | |
| 10.1- Profissionais da Educacao Basica | | 46.711.121,831 | | 40.577.161,691 | |
| 10.1.1- Educacao Infantil | | 41.389.940,201 | | 39.294.991,431 | |
| 10.1.2- Ensino Fundamental | | 15.170.733,851 | | 14.505.228,191 | |
| 10.1.3- Educacao de Jovens e Adultos | | 26.219.206,351 | | 24.789.763,241 | |
| 10.1.4- Educacao Especial | | | | | |
| 10.1.5- Administracao Geral | | | | | |
| 10.2- Outras Despesas | | 5.321.181,631 | | 1.282.170,261 | |
| 10.2.1- Educacao Infantil | | 4.153.518,611 | | 311.834,561 | |
| 10.2.2- Ensino Fundamental | | 1.167.663,021 | | 970.335,701 | |
| 10.2.3- Educacao de Jovens e Adultos | | | | | |
| 10.2.4- Educacao Especial | | | | | |
| 10.2.5- Administracao Geral | | | | | |
| 10.2.6- Transporte (Escolar) | | | | | |
| 10.2.7- Outras | | | | | |

| CM-SIFPM | | MUNICIPIO DE CACAPAVA | | | | | | CONAM | |
|--|--|---|--|---|--|--|--|--|------|
| Relatorio Resumido da Execucao Orcamentaria | | | | | | | | | |
| Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutencao e Desenvolvimento do Ensino - MDE | | | | | | | | | |
| Orcamentos Fiscal e da Seguridade Social | | | | | | | | | |
| RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72) | | Periodo de Referencia: JANEIRO a AGOSTO 2025 / BIMESTRE: JULHO-AGOSTO | | | | | | R\$ 1,00 | |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCICIO | | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR | DESP. LIQUIDADAS | | |
| | | Ate o Bimestre | Ate o Bimestre | Ate o Bimestre | NAO PROCESSADOS | PROCESSADOS (SEM DE CAIXA) | AO TOTAL DAS RECEITAS | | |
| | | (d) | (e) | (f) | (g) | (h) | RECEBIDAS NO EXERCICIOS, 9(i) | | |
| 11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS C/RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCICIO | | 42.977.597,41 | 36.843.637,27 | 35.956.973,65 | | | | | |
| 11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferencias de Impostos | | 42.977.597,41 | 36.843.637,27 | 35.956.973,65 | | | | | |
| 11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementacao da Uniao - VAAF | | | | | | | | | |
| 11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementacao da Uniao - VAAT | | | | | | | | | |
| 11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementacao da Uniao - VAAR | | | | | | | | | |
| 12- Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educacao Basica | | 37.714.806,61 | 35.619.857,84 | 34.740.038,74 | | | | | |
| 13- Total das Despesas custeadas c/FUNDEB-Complement. Uniao - VAAT Aplicadas na Educacao Infantil | | | | | | | | | |
| 14- Total das Despesas custeadas c/FUNDEB-Complement. Uniao - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| INDICADORES - Art.212-A, inciso XI e par.3o - Constituicao Federal2 | | | | VALOR EXIGIDO (j) | VALOR APLICADO (k) | VALOR CONSIDERADO APOS DEDUCOES (l) | % APLICADO (m) | | |
| 15- Minimo de 70% do FUNDEB na Remuneracao dos Profissionais da Educacao Basica | | | | 33.349.848,67 | 35.619.857,84 | 35.619.857,84 | 74,76 | | |
| 16- Percentual da Complem.da Uniao ao FUNDEB (VAAT) na Educacao Infantil (INDICADOR IEI) | | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 17- Minimo de 15% da Complementacao da Uniao ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital | | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| | | | | | | | | | |
| INDICADOR - Art.25, par.3o - Lei N.14.113, de 2020 - (Maximo de 10% de Superavit)3 | | | | VALOR MAXIMO PERMITIDO (n) | VALOR NAO APLICADO (o) | VALOR NAO APLICADO APOS AJUSTE (p) | VALOR TOTAL DE SUPERAVIT NAO APLICADO ATE O FINAL DO EXERCICIO (q) | % NAO APLICADO (r) | |
| 18- Total da Receita Recebida e nao Aplicada no Exercicio | | | | 4.798.005,26 | 11.136.415,34 | 11.136.415,34 | 6.338.410,08 | 23,21 | |
| | | | | | | | | | |
| INDICADOR - Art.25, par.3o - Lei N. 14.113, de 2020 (Aplicacao do Superavit de Exercicio Anterior)3 | | | | VALOR SUPERAVIT PERMITIDO NO EXERCICIO ANTERIOR (s) | VALOR NAO APLICADO NO EXERCICIO ANTERIOR (t) | VALOR SUPERAVIT APLICADO ATE O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u) | VALOR TOTAL DE SUPERAVIT NAO APLICADO ATE O FINAL DO EXERCICIO (v) | VALOR DE SUPERAVIT PERMITIDO NO EXERCICIO ANTERIOR NAO APLICADO NO EXERCICIO ATUAL (w) | |
| 19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERAVIT FUNDEB | | | | 7.016.360,46 | 3.462.825,16 | 3.733.524,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferencias de Impostos | | | | 6.818.807,80 | 3.462.825,16 | 3.733.524,42 | 0,00 | 0,00 | |
| 19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementacao da Uniao (VAAF + VAAT + VAAR) | | | | 197.552,65 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | | | | | | | | | |
| CM-SIFPM | | MUNICIPIO DE CACAPAVA | | | | | | CONAM | |
| Relatorio Resumido da Execucao Orcamentaria | | | | | | | | | |
| Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutencao e Desenvolvimento do Ensino - MDE | | | | | | | | | |
| Orcamentos Fiscal e da Seguridade Social | | | | | | | | | |
| RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72) | | Periodo de Referencia: JANEIRO a AGOSTO 2025 / BIMESTRE: JULHO-AGOSTO | | | | | | R\$ 1,00 | |
| DESPESAS COM ACOES TIPICAS DE MDE-RECEITAS DE IMPOSTOS-EXCETO FUNDEB (Por Subfuncao) | | DOTACAO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS Ate o Bimestre (d) | DESPESAS LIQUIDADAS Ate o Bimestre (e) | DESPESAS PAGAS Ate o Bimestre (f) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS (g) | | | |
| 20- TOTAL DAS DESPESAS COM ACOES TIPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS | | * | * | * | * | * | | | |
| 20.1- Educacao Infantil | | * | 31.841.884,99 | 20.281.005,05 | 20.263.542,48 | | | | |
| 20.2- Ensino Fundamental | | * | 15.612.148,50 | 10.408.797,25 | 10.401.931,89 | | | | |
| 20.3- Educacao de Jovens e Adultos | | * | | | | | | | |
| 20.4- Educacao Especial | | * | 1.327.368,34 | 801.917,89 | 801.917,89 | | | | |
| 20.5- Administracao Geral | | * | 3.029.057,78 | 2.165.014,55 | 2.154.417,34 | | | | |
| 20.6- Transporte (Escolar) | | * | | | | | | | |
| 20.7- Outras | | * | | | | | | | |
| DESPESAS COM ACOES TIPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Area de Atuacao)6 | | DOTACAO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS Ate o Bimestre (d) | DESPESAS LIQUIDADAS Ate o Bimestre (e) | DESPESAS PAGAS Ate o Bimestre (f) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS (g) | | | |
| 21- TOTAL DAS DESPESAS COM ACOES TIPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB | | * | * | * | * | * | | | |
| 21.1- EDUCACAO INFANTIL | | * | 78.553.006,82 | 60.858.166,74 | 59.954.040,55 | | | | |
| 21.1.1- Creche | | * | 32.389.562,83 | 22.437.538,11 | 22.082.976,35 | | | | |
| 21.1.2- Pre-escola | | * | 9.636.655,90 | 7.293.196,19 | 7.185.610,51 | | | | |
| 21.2- ENSINO FUNDAMENTAL | | * | 22.752.906,93 | 15.144.341,92 | 14.897.365,84 | | | | |
| | | * | 46.163.443,59 | 38.420.628,63 | 37.871.064,20 | | | | |
| APURACAO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MINIMO CONSTITUCIONAL | | | | | | | VALOR | | |
| 22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e) | | | | | | | 20.281.005,05 | | |
| 23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (I4) | | | | | | | 32.664.642,91 | | |
| 24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NAO UTILIZADAS NO EXERCICIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% - L18(g) | | | | | | | 6.338.410,08 | | |
| 25- SUPERAVIT PERMITIDO NO EXERCICIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NAO APLICADO ATE O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCICIO ATUAL = L19(x) | | | | | | | 0,00 | | |
| 26- (-) RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERC.SEM DISPONIBILIDADE FINANC.DE RECURSOS DE IMPOSTOS 4 e 7 | | | | | | | 0,00 | | |
| 27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERC.,DE RP INSCRITOS C/DISPONIBILIDADE FINANC.DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINC.AO ENSINO = L30.1(af) | | | | | | | 294.829,79 | | |
| 28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27) | | | | | | | 46.312.408,09 | | |
| APURACAO DO LIMITE MINIMO CONSTITUCIONAL 2 E 5 | | | | VALOR EXIGIDO (z) | VALOR APLICADO (aa) | % APLICADO (ab) | | | |
| 29- APLICACAO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS | | | | 60.661.970,26 | 46.312.408,09 | 19,09 | | | |
| RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCICIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE | | | SALDO INICIAL (ac) | RP LIQUIDADOS (ad) | RP PAGOS (ae) | RP CANCELADOS (af) | SALDO FINAL (ag)=(ac-ae-af) | | |
| 30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE | | | 3.244.690,75 | 1.452.572,77 | 2.467.960,49 | 572.669,33 | 204.061,93 | | |
| 30.1- Executadas c/Recursos de Impostos e Transferencias de Impostos | | | 2.627.053,92 | 1.344.075,05 | 2.128.162,20 | 294.829,79 | 204.061,93 | | |
| 30.2- Executadas c/Recursos do FUNDEB-Impostos | | | 617.636,83 | 108.497,72 | 339.798,29 | 277.838,54 | 0,00 | | |
| 30.3- Executadas c/Recursos do FUNDEB-Compl.da Uniao (VAAT+VAAF+VAAR) | | | | | | | | | |

| CN-SIFFM | | MUNICIPIO DE CACAPAVA | | | | CONAM | | | | | |
|---|--|---|--|---------------------|--|----------------|--|----------------|--|-----------------|--|
| Relatorio Resumido da Execucao Orcamentaria | | | | | | | | | | | |
| Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutencao e Desenvolvimento do Ensino - MDE | | | | | | | | | | | |
| Orcamentos Fiscal e da Seguridade Social | | | | | | | | | | | |
| RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72) | | Periodo de Referencia: JANEIRO a AGOSTO 2025 / BIMESTRE: JULHO-AGOSTO | | | | R\$ 1,00 | | | | | |
| OUTRAS INFORMACOES PARA CONTROLE | | | | | | | | | | | |
| RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | | PREVISAO ATUALIZADA | | RECEITAS REALIZADAS | | | | | | | |
| | | (a) | | Até o Bimestre (b) | | | | | | | |
| 31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | | 14.018.230,21 | | 7.418.169,17 | | | | | | | |
| 31.1- RECEITA DE TRANSFERENCIAS DO FNDE(INCLUINDO RENDIMENTOS-APLIC.FINANCEIRA) | | 7.810.484,87 | | 5.153.735,61 | | | | | | | |
| 31.1.1- Salario-Educacao | | 5.132.420,91 | | 3.668.696,73 | | | | | | | |
| 31.1.2- PDDE | | 498,96 | | 455,87 | | | | | | | |
| 31.1.3- FMAE | | 1.583.369,00 | | 1.242.124,03 | | | | | | | |
| 31.1.4- FNAE | | 334.700,80 | | 165.170,40 | | | | | | | |
| 31.1.5- Outras Transferencias do FNDE | | 759.495,20 | | 77.288,58 | | | | | | | |
| 31.2- RECEITA DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS | | 6.180.697,12 | | 2.241.408,11 | | | | | | | |
| 31.3- RECEITA DE ROYALITES DESTINADOS A EDUCACAO | | | | | | | | | | | |
| 31.4- RECEITA DE OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS A EDUCACAO | | | | | | | | | | | |
| 31.5- RECEITAS DE PRECATORIOS - FUNDEF E FUNDEB | | 10.811,12 | | 8.342,89 | | | | | | | |
| 31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | | 16.237,10 | | 14.682,56 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| OUTRAS DESPESAS COM EDUCACAO | | DOTACAO | | DESPESAS | | DESPESAS | | DESPESAS | | INSCRITAS EM | |
| (Por Subfuncao) 6 | | ATUALIZADA | | EMPENHADAS | | LIQUIDADAS | | PAGAS | | RESTOS A PAGAR | |
| | | (c) | | Até o Bimestre | | Até o Bimestre | | Até o Bimestre | | NAO PROCESSADOS | |
| | | (c) | | (d) | | (e) | | (f) | | (g) | |
| 32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCACAO | | | | 13.576.537,08 | | 9.963.480,37 | | 9.866.525,84 | | | |
| 32.1- Educacao Infantil | | | | 2.413.581,83 | | 1.846.897,46 | | 1.839.283,87 | | | |
| 32.2- Ensino Fundamental | | | | 7.009.609,84 | | 4.956.696,18 | | 4.902.890,98 | | | |
| 32.3- Ensino Medio | | | | 986.141,34 | | 711.725,02 | | 711.725,02 | | | |
| 32.4- Ensino Superior | | | | | | | | | | | |
| 32.5- Ensino Profissional | | | | | | | | | | | |
| 32.6- Educacao de Jovens e Adultos | | | | 7.872,00 | | 7.872,00 | | 7.872,00 | | | |
| 32.7- Educacao Especial | | | | | | | | | | | |
| 32.8- Outras | | | | 3.159.332,07 | | 2.440.289,71 | | 2.404.753,97 | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCACAO | | DOTACAO | | DESPESAS | | DESPESAS | | DESPESAS | | INSCRITAS EM | |
| | | ATUALIZADA | | EMPENHADAS | | LIQUIDADAS | | PAGAS | | RESTOS A PAGAR | |
| | | (c) | | Até o Bimestre | | Até o Bimestre | | Até o Bimestre | | NAO PROCESSADOS | |
| | | (c) | | (d) | | (e) | | (f) | | (g) | |
| 33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCACAO (10 + 20 + 32) | | | | 92.129.543,90 | | 70.821.647,11 | | 69.820.566,39 | | | |
| 33.1- Despesas Correntes | | | | 87.172.458,87 | | 70.441.547,09 | | 69.440.466,37 | | | |
| 33.1.1- Pessoal Ativo | | | | 45.095.531,11 | | 42.098.620,86 | | 41.159.098,26 | | | |
| 33.1.2- Pessoal Inativo | | | | | | | | | | | |
| 33.1.3- Transferencias as instituicoes comunitarias, confissionais ou filantropicas sem fins lucrativos | | | | | | | | | | | |
| 33.1.4- Outras Despesas Correntes | | | | 42.076.967,76 | | 28.342.926,23 | | 28.281.368,11 | | | |
| 33.2- Despesas de Capital | | | | 4.957.045,03 | | 380.100,02 | | 380.100,02 | | | |
| 33.2.1- Transferencias as instituicoes comunitarias, confissionais ou filantropicas sem fins lucrativos | | | | | | | | | | | |
| 33.2.2- Outras Despesas de Capital | | | | 4.957.045,03 | | 380.100,02 | | 380.100,02 | | | |

| CN-SIFFM | | MUNICIPIO DE CACAPAVA | | CONAM | |
|--|--|---|--|-----------------------|----------|
| Relatorio Resumido da Execucao Orcamentaria | | | | | |
| Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutencao e Desenvolvimento do Ensino - MDE | | | | | |
| Orcamentos Fiscal e da Seguridade Social | | | | | |
| RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72) | | Periodo de Referencia: JANEIRO a AGOSTO 2025 / BIMESTRE: JULHO-AGOSTO | | | R\$ 1,00 |
| CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCARIA | | | | | |
| | | FUNDEB (ah) | | SALARIO EDUCACAO (ai) | |
| 134- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 | | 4.073.322,71 | | 1.863.865,39 | |
| 135- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentario) | | 47.980.052,61 | | 3.668.696,73 | |
| 136- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentario e restos a pagar) | | 40.030.296,36 | | 5.161.103,46 | |
| 137- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE | | 12.023.078,96 | | 371.458,66 | |
| 138- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENCOES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTARIOS) | | 0,00 | | 0,00 | |
| 139- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTARIOS) | | 0,00 | | 0,00 | |
| 140- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancario) | | 12.023.078,96 | | 371.458,66 | |

FONTE: CN-SIFFM - Sistema Integrado de Financas Publicas Municipais, Unidade responsavel- CONTABILIDADE, Data da emissao 16/SET/2025 e hora de emissao 10:54

Os dados da entidade CAMARA MUNICIPAL foram extraídos do sistema .

(*) Valores nao informados considerando que na Lei Orcamentaria, a discriminacao da despesa, quanto a sua natureza, foi elaborada por categoria economica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicacao, nos termos do artigo 6o. da Portaria Interministerial STN/SOF No. 163/2001 e alteracoes posteriores.

- NOTAS:
1. SE RESULTADO LIQUIDO DA TRANSFERENCIA (7) > 0 = ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB, SE RESULTADO LIQUIDO DA TRANSFERENCIA (7) < 0 = DECRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB
 2. Limites minimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercicio.
 3. Art. 25,par.3o, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos a conta dos Fundos, inclusive relativos a complementacao da Uniao, nos termos do par.2o do art. 16 desta Lei, poderao ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercicio imediatamente subsequente, mediante abertura de credito adicional.
 4. Os valores referentes a parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada a educacao deverao ser informados somente no RREO do ultimo bimestre do exercicio.
 5. Nos cinco primeiros bimestres do exercicio o acompanhamento sera feito com base na despesa liquidada. No ultimo bimestre do exercicio, o valor devera corresponder ao total da despesa empenhada.
 6. As linhas representam areas de atuacao e nao correspondem exatamente as subfuncoes da Funcao Educacao. As despesas classificadas nas demais subfuncoes tipicas e nas subfuncoes atipicas deverao ser rateadas para essas areas de atuacao.
 7. Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que nao sera considerado na apuracao dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, devera ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, devera ser verificada a diferenca entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, devera ser verificada a diferenca entre as disponibilidades na Fonte VAAF e os RPNP dessas despesas.
 8. Controle da execucao de restos a pagar considerados no cumprimento do limite minimo dos exercicios anteriores.
 9. Nesta coluna nao devem se informados valores inferiores a 0 (zero).
 10. Essa coluna nao deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razao de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Assumo a responsabilidade pelas informacoes acima ressaltando a diferenca da metodologia adotada para apuracao dos limites constitucionais em relacao ao TCE/TCM.

| | | |
|----------------------|--|-----------------------|
| Yan Lopes de Almeida | Daiane Lucena Souza | Valdiná Alves Chaves |
| Prefeito Municipal | Dir.Depto Gestão Orçam e Contabilidade | Resp.Controle Interno |
| | CRC-1SP-349248/O-2 | |

| | | |
|--------------------------------------|---|----------|
| CM-SIFPM | MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇOS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | CORAN |
| RREO - Anexo 12 (LC 141/2012,art.35) | Período de Referência: JANEIRO a AGOSTO 2025 | R\$ 1,00 |

| RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|------------------|----------------------------|---------------------|---------------|
| | | | Ate o Bimestre (b) | % (b/a) x 100 |
| RECEITAS DE IMPOSTOS (I) | 102.749.980,00 | 110.365.206,32 | 75.644.807,61 | 68,54 |
| Recosta Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU | 31.327.920,00 | 30.496.359,57 | 21.227.862,92 | 69,60 |
| Recosta Resultante do Imposto sobre Transmissões de Bens Interativos - ITBI | 11.460.060,00 | 11.465.049,96 | 9.397.817,58 | 81,97 |
| Recosta Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 46.574.000,00 | 53.692.796,79 | 36.282.085,76 | 67,57 |
| Recosta Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte-IRRF | 19.389.000,00 | 14.711.000,00 | 8.736.941,35 | 59,39 |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | 221.287.600,00 | 244.003.442,02 | 163.323.214,56 | 66,93 |
| Cota-Parte FPM | 81.414.000,00 | 87.014.050,65 | 58.297.427,65 | 66,99 |
| Cota-Parte ITR | 90.000,00 | 96.955,98 | 10.901,50 | 11,24 |
| Cota-Parte IPVA | 24.800.000,00 | 25.838.723,96 | 22.486.041,17 | 87,02 |
| Cota-Parte ICMS | 114.240.000,00 | 130.134.152,51 | 81.935.366,00 | 62,96 |
| Cota-Parte IPT-Exportação | 740.600,00 | 819.519,92 | 593.479,24 | 64,54 |
| Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos Transf.Constitucionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II) | 324.037.580,00 | 354.368.648,34 | 238.968.022,17 | 67,43 |

| DESPESAS COM AÇOS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | DESPESAS PAGAS | | INSCRITAS EM RESCOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(g) |
|--|--------------------|------------------------------|-----------------------|----------------|-----------------------|----------------|-----------------------|----------------|--|
| | | | Ate o Bimestre (d) | % (d/c)x100 | Ate o Bimestre (e) | % (e/c)x100 | Ate o Bimestre (f) | % (f/c)x100 | |
| ATENÇÃO BÁSICA (IV) | * | * | 13.430.240,76 | | 12.724.788,32 | | 12.654.980,73 | | |
| Despesas Correntes | * | * | 13.430.240,76 | | 12.724.788,32 | | 12.654.980,73 | | |
| Despesas de Capital | * | * | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | | |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V) | * | * | 63.674.763,30 | | 49.155.246,54 | | 33.891.679,40 | | |
| Despesas Correntes | * | * | 61.920.370,28 | | 47.400.839,52 | | 32.137.465,38 | | |
| Despesas de Capital | * | * | 1.754.413,02 | | 1.754.413,02 | | 1.754.413,02 | | |
| SUORTE FISIOTÁCTICO E TERAPÊUTICO (VI) | * | * | 1.132.476,48 | | 1.099.178,26 | | 1.099.178,26 | | |
| Despesas Correntes | * | * | 1.132.476,48 | | 1.099.178,26 | | 1.099.178,26 | | |
| Despesas de Capital | * | * | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | | |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII) | * | * | 2.396.826,70 | | 2.223.103,35 | | 2.183.898,27 | | |
| Despesas Correntes | * | * | 2.396.826,70 | | 2.223.103,35 | | 2.183.898,27 | | |
| Despesas de Capital | * | * | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | | |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII) | * | * | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | | |
| Despesas Correntes | * | * | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | | |
| Despesas de Capital | * | * | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | | |
| ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX) | * | * | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | | |
| Despesas Correntes | * | * | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | | |
| Despesas de Capital | * | * | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | | |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (X) | * | * | 15.892.184,74 | | 11.030.394,97 | | 10.623.107,65 | | |
| Despesas Correntes | * | * | 15.892.184,74 | | 11.030.394,97 | | 10.623.107,65 | | |
| Despesas de Capital | * | * | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | | |
| TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X) | | | 96.545.081,62 | | 76.232.711,44 | | 60.453.043,31 | | |

| | | |
|--------------------------------------|---|----------|
| CM-SIFPM | MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇOS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | CORAN |
| RREO - Anexo 12 (LC 141/2012,art.35) | Período de Referência: JANEIRO a AGOSTO 2025 | R\$ 1,00 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS | DESPESAS EMPENHADAS (d) | DESPESAS LIQUIDADAS (e) | DESPESAS PAGAS (f) |
|---|----------------------------|----------------------------|-----------------------|
| Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI) | 96.545.081,62 | 76.232.711,44 | 60.453.043,31 |
| (-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII) | | | |
| (-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exerc. Anteriores (XIV) | | | |
| (-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV) | | | |
| (=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV) | 96.545.081,62 | 76.232.711,44 | 60.453.043,31 |
| Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012) | | | 35.845.203,32 |
| Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal) | | | |
| Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII) | | | 40.387.508,12 |
| Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero) | | | |
| PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III) *100 (Limite de 15% conforme LC n. 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal) | | | 31,90 |

| CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012 | LIMITE NÃO CUMPRIDO | | | |
|--|--|---|--|------|
| | SALDO INICIAL (no exercício atual) (h) | DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DESPESAS EMPENHADAS (i) DESPESAS LIQUIDADAS (j) DESPESAS PAGAS (k) | SALDO FINAL (Oito Aplicado) l (l) = (h - (i ou j)) | |
| Diferença de limite não cumprido no exercício de referência 2025 (saldo final=XIXd) | 0,00 | 0,00 0,00 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Diferença de limite não cumprido no exercício anterior 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | 0,00 | 0,00 0,00 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) | 0,00 | 0,00 0,00 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX) | 0,00 | 0,00 0,00 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA | | | | | | | | | | | |
| RELATORIO RESUMIDO DA EXECUCAO ORÇAMENTARIA | | | | | | | | | | | |
| DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | | | | | | | | | | | |
| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | | | | | | |
| PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO 2025 | | | | | | | | | | | |
| R\$ 1,00 | | | | | | | | | | | |
| EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR | | | | | | | | | | | |
| EXERCÍCIO DO EMPENHO 2 | | | | | | | | | | | |
| DIFERENÇA ENTRE O VALOR APLICADO ALEM DO LIMITE E O TOTAL DE RF | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATE O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR (QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercicio anterior) | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL (QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) - (XXI - XXII) (Artigo 24 par.1o. e 2o. da LC 141/2012) | | | | | | | | | | | |
| CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICACAO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, PARAGRAFOS 1o. E 2o. DA LC 141/2012 | | | | | | | | | | | |
| RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS | | | | | | | | | | | |
| SALDO INICIAL (v) | | | | | | | | | | | |
| DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA | | | | | | | | | | | |
| SALDO FINAL (Mao Aplicado) 1 (aa) = (w - (x ou y)) | | | | | | | | | | | |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercicio a serem compensados (XXIV) (saldo inicial-XXIII) | | | | | | | | | | | |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercicio imediatamente anterior a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercicio anterior) | | | | | | | | | | | |
| Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercicios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercicio anterior) | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII) | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA | | | | | | | | | | | |
| RELATORIO RESUMIDO DA EXECUCAO ORÇAMENTARIA | | | | | | | | | | | |
| DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | | | | | | | | | | | |
| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | | | | | | |
| PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO 2025 | | | | | | | | | | | |
| R\$ 1,00 | | | | | | | | | | | |
| RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAUDE NAO COMPUTADAS NO CALCULO DO MINIMO | | | | | | | | | | | |
| PREVISAO INICIAL | | | | | | | | | | | |
| PREVISAO ATUALIZADA (c) | | | | | | | | | | | |
| RECEITAS REALIZADAS | | | | | | | | | | | |
| Ate o Bimestre (d) | | | | | | | | | | | |
| % (d/c) x 100 | | | | | | | | | | | |
| RECEITAS DE TRANSFERENCIAS PARA A SAUDE (XXVIII) | | | | | | | | | | | |
| Provenientes da Uniao | | | | | | | | | | | |
| Provenientes dos Estados | | | | | | | | | | | |
| Provenientes de Outros Municipios | | | | | | | | | | | |
| RECEITAS DE OPERACOES DE CREDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAUDE (XXIX) | | | | | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS (XXX) | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAUDE (XXXI)=(XXVIII + XXIX + XXX) | | | | | | | | | | | |
| DESPESAS COM SAUDE NAO COMPUTADAS NO CALCULO DO MINIMO | | | | | | | | | | | |
| DOTACAO INICIAL | | | | | | | | | | | |
| DESPESAS EMPENHADAS | | | | | | | | | | | |
| DESPESAS LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | |
| DESPESAS PAGAS | | | | | | | | | | | |
| INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS (g) | | | | | | | | | | | |
| ATENCAO BASICA (XXXII) | | | | | | | | | | | |
| Despesas Correntes | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | | | |
| ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII) | | | | | | | | | | | |
| Despesas Correntes | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | | | |
| SUPPORTO PROFILATICO E TERAPEUTICO (XXXIV) | | | | | | | | | | | |
| Despesas Correntes | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | | | |
| VIGILANCIA SANITARIA (XXXV) | | | | | | | | | | | |
| Despesas Correntes | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | | | |
| VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA (XXXVI) | | | | | | | | | | | |
| Despesas Correntes | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | | | |
| ALIMENTACAO E NUTRICAO (XXXVII) | | | | | | | | | | | |
| Despesas Correntes | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | | | |
| OUTRAS SUBFUNCOES (XXXVIII) | | | | | | | | | | | |
| Despesas Correntes | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS NAO COMPUTADAS NO CALCULO DO MINIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII) | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|--|--|--|-----------------|------------------------|---------------------|-------------|---------------------|-------------|--------------------|-------------|-----------------------------|
| CM-SIIFM | MUNICIPIO DE CACAPAVA | | | | | | | | | | CONAM |
| RELATORIO RESUMIDO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA | | | | | | | | | | | |
| DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM ACOES E SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE | | | | | | | | | | | |
| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | | | | | | |
| RREO - Anexo 12 (LC 141/2012,art.35) | Período de Referência: JANEIRO a AGOSTO 2025 | | | | | | | | | | R\$ 1,00 |
| DESPESAS TOTAIS COM SAUDE | | | DOTACAO INICIAL | DOTACAO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | DESPESAS PAGAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR |
| | | | | | Ate o Bimestre (d) | % (d/c)x100 | Ate o Bimestre (e) | % (e/c)x100 | Ate o Bimestre (f) | % (f/c)x100 | NÃO PROCESSADOS(g) |
| ATENCAO BASICA (XLI) = (IV + XXXII) | | | * | * | 26.768.527,77 | | 25.436.123,11 | | 25.361.045,58 | | |
| ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII) | | | * | * | 83.937.773,92 | | 63.538.220,28 | | 47.408.508,93 | | |
| SUPPORTO PROFIATICO E TERAPEUTICO (XLII) = (VI + XXXIV) | | | * | * | 2.420.981,22 | | 1.752.186,64 | | 1.752.186,64 | | |
| VIGILANCIA SANITARIA (XLIII) = (VII + XXXV) | | | * | * | 3.911.899,55 | | 3.457.698,42 | | 3.306.646,06 | | |
| VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI) | | | * | * | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | | |
| ALIMENTACAO E NUTRICO (XLV) = (XIX + XXXVII) | | | * | * | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 | | |
| OUTRAS SUBFUNCOES (XLVI) = (X + XXXVIII) | | | * | * | 16.375.243,19 | | 11.310.508,56 | | 10.903.221,24 | | |
| TOTAL DAS DESPESAS COM SAUDE (XLVII) = (XI + XXXIX) | | | | | 133.414.425,45 | | 105.894.737,01 | | 88.732.010,45 | | |

FONTE:CM-SIFFM - Sistema Integrado de Financas Publicas Municipais, Unidade responsavel- CONTABILIDADE, Data da emissao 16/SET/2025 e hora de emissao 17:32

Os dados da entidade CAMARA MUNICIPAL foram extraídos do sistema .

NOTAS :

(*) Valores nao informados considerando que na Lei Orcamentaria, a discriminacao da despesa, quanto a sua natureza, foi elaborada por categoria economica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicacao, nos termos do artigo 60. da Portaria Interministerial STM/SOF No. 163/2001 e alteracoes posteriores.

1. Nos cinco primeiros bimestres do exercicio o acompanhamento sera feito com base na despesa liquidada. No ultimo bimestre do exercicio, o valor devera corresponder ao total da despesa empenhada.

2. Ate o exercicio de 2019, o controle da execucao dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar nao processados (regra antiga). A partir do exercicio de 2019, o controle da execucao dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e nao processados (regra nova).

3. Quadro de execucao de restos a pagar deve demonstrar valores conforme os apresentados ao SIOPS.

Valdiná Alves Chaves
Resp.Controle Interno

Yan Lopes de Almeida
Prefeito Municipal

Dir.Depto Gestão Orçam e Contabilidade
CRC-1SP-349248/O-2

CONAM-RRE012-2025

| | | | | | |
|---|-----------------------|--|--|--------------------------------------|---------------------------|
| CM-SIFFM | MUNICIPIO DE CACAPAVA | | | | CONAM |
| DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO RESUMIDO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA | | | | | |
| ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | | | |
| Periodo de Referência: JANEIRO a AGOSTO 2025 / BIMESTRE: JULHO-AGOSTO | | | | | |
| RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) | | | | | RS 1,00 |
| BALANCO ORCAMENTARIO | | | Ate o Bimestre | | |
| RECEITAS | | | | | |
| Previsao Inicial | | | 484.145.787,00 | | |
| Previsao Atualizada | | | 495.504.379,20 | | |
| Receitas Realizadas | | | 325.650.426,20 | | |
| Deficit Orcamentario | | | 0,00 | | |
| Saldos de Exercicios Anteriores (utilizados para creditos adicionais) | | | 30.694.680,32 | | |
| DESPESAS | | | | | |
| Dotacao Inicial | | | 484.145.787,00 | | |
| Dotacao Atualizada | | | 538.664.251,45 | | |
| Despesas Empenhadas | | | 400.962.188,45 | | |
| Despesas Liquidadas | | | 286.105.117,33 | | |
| Despesas Pagas | | | 266.265.411,12 | | |
| Superavit Orcamentario | | | 39.545.308,87 | | |
| DESPESAS POR FUNCAO / SUBFUNCAO | | | Ate o Bimestre | | |
| Despesas Empenhadas | | | 400.962.188,45 | | |
| Despesas Liquidadas | | | 286.105.117,33 | | |
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL | | | Ate o Bimestre | | |
| Receita Corrente Liquida | | | 474.433.079,31 | | |
| Receita Corrente Liquida ajustada para calculo dos limites de endividamento | | | 474.374.250,85 | | |
| Receita Corrente Liquida ajustada para calculo dos limites da despesa com pessoal | | | 471.216.746,85 | | |
| RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES | | | Ate o Bimestre | | |
| Fundo em Capitalizacao (PLANO PREVIDENCIARIO) | | | | | |
| Receitas Previdenciarias Realizadas | | | 0,00 | | |
| Despesas Previdenciarias Empenhadas | | | 0,00 | | |
| Despesas Previdenciarias Liquidadas | | | 0,00 | | |
| Despesas Previdenciarias Pagas | | | 0,00 | | |
| Resultado Previdenciario | | | 0,00 | | |
| Fundo em Reparticao (PLANO FINANCEIRO) | | | | | |
| Receitas Previdenciarias Realizadas | | | 136.625,85 | | |
| Despesas Previdenciarias Empenhadas | | | 85.203,14 | | |
| Despesas Previdenciarias Liquidadas | | | 85.203,14 | | |
| Despesas Previdenciarias Pagas | | | 85.203,14 | | |
| Resultado Previdenciario | | | 51.422,71 | | |
| RESULTADOS PRIMARIO E NOMINAL | | | Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a) | Resultado Apurado ate o bimestre (b) | % em Relacao a Meta (b/a) |
| Resultado Primario (SEM RPFS) - Acima da Linha | | | -17.107.000,00 | 44.609.357,67 | -260,76 |
| Resultado Nominal (SEM RPFS) - Abaixo da Linha | | | -25.380.000,00 | 54.373.077,10 | -214,23 |

Continua (1/2)

| CN-SIFFM | | MUNICIPIO DE CACAPAVA | | | | CONAM |
|---|--|---|------------------------------------|---|------------------|----------|
| DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO RESUMIDO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA | | | | | | |
| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | |
| Periodo de Referencia: JANEIRO a AGOSTO 2025 / BIMESTRE: JULHO-AGOSTO | | | | | | |
| RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) | | | | | | R\$ 1,00 |
| RESTOS A PAGAR POR PODER | | Inscricao | Cancelamento ate o bimestre | Pagamento ate o bimestre | Saldo a Pagar | |
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | | |
| Poder Executivo | | 10.335.133,32 | 5.058,46 | 5.655.150,22 | 4.674.924,64 | |
| Poder Legislativo | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| RESTOS A PAGAR NAO-PROCESSADOS | | | | | | |
| Poder Executivo | | 16.425.112,42 | 3.011.167,72 | 12.156.042,47 | 1.257.902,23 | |
| Poder Legislativo | | 175.533,09 | 27.102,08 | 148.431,01 | 0,00 | |
| TOTAL | | 26.935.778,83 | 3.043.328,26 | 17.959.623,70 | 5.932.826,87 | |
| DESPESAS COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | | Valor apurado ate o bimestre | Limites Constitucionais Anuais | | | |
| | | | % Minimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado ate o Bimestre | | |
| Minimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutencao e Desenvolvimento do Ensino | | 46.583.107,35 | 25% | 19,20 | | |
| Minimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneracao dos Profissionais da Educacao Basica | | 35.619.857,84 | 70% | 74,76 | | |
| Percentual de 50% da Complementacao da Uniao ao FUNDEB (VAAT) na Educacao Infantil | | 0,00 | 50% | 0,00 | | |
| Minimo de 15% da Complementacao da Uniao ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital | | 0,00 | 15% | 0,00 | | |
| DESPESAS COM ACOES E SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE | | Valor apurado ate o bimestre | Limite Constitucional Anual | | | |
| | | | % Minimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado ate o Bimestre | | |
| Despesas com Acoes e Servicos Publicos de Saude executadas com recursos de impostos | | 76.232.711,44 | 15,00 | 31,90 | | |
| CONAM-RREO14-2025 | | | | | | |
| FONTE:CN-SIFFM - Sistema Integrado de Financas Publicas Municipais, Unidade responsavel- CONTABILIDADE, Data da emissao 16/SET/2025 e hora de emissao 10:41 | | | | | | |
| Os dados da entidade CAMARA MUNICIPAL foram extraídos do sistema . | | | | | | |
| Yan Lopes de Almeida Prefeito Municipal | | Daiane Lucena Sousa Dir.Depto Gestão Orçam e Contabilidade CRC-ISP-349248/O-2 | | Valdiná Alves Chaves Resp.Controle Interno | | |

| | | | | | |
|--|---|--|--|------------------------|----------|
| CN-SIFPM | MUNICIPIO DE CACAPAVA - PODER EXECUTIVO | | | | CONAM |
| RELATORIO DE GESTAO FISCAL | | | | | |
| DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO DE GESTAO FISCAL | | | | | |
| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | | | |
| Período de Referência : JANEIRO a AGOSTO/2025 - 2o. QUADRIMESTRE | | | | | |
| LRF, art. 48 - Anexo 6 | | | | | R\$ 1,00 |
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA | | | VALOR ATE O QUADRIMESTRE | | |
| Receita Corrente Liquida | | | 474.433.079,31 | | |
| Receita Corrente Liquida Ajustada para Calculo dos Limites de Endividamento | | | 474.374.250,85 | | |
| Receita Corrente Liquida Ajustada para Calculo dos Limites da Despesa com Pessoal | | | 471.216.746,85 | | |
| DESPESA COM PESSOAL | | | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA | |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | | | 175.054.546,31 | 37,14 | |
| Limite Maximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - < % > | | | 254.457.043,29 | 54,00 | |
| Limite Prudencial (paragrafo unico, art. 22 da LRF) - < % > | | | 241.734.191,13 | 51,30 | |
| Limite de Alerta (inciso II do paragrafo 1o. do art. 59 da LRF) - < % > | | | 229.011.338,96 | 48,60 | |
| DIVIDA CONSOLIDADA | | | VALOR ATE O QUADRIMESTRE DE REFERENCIA | % SOBRE A RCL AJUSTADA | |
| Divida Consolidada Liquida | | | -62.796.391,16 | -13,23 | |
| Limite Definido por Resolucao do Senado Federal | | | 569.249.101,02 | 120,00 | |
| GARANTIAS DE VALORES | | | VALOR ATE O QUADRIMESTRE DE REFERENCIA | % SOBRE A RCL AJUSTADA | |
| Total das Garantias Concedidas | | | 0,00 | 0,00 | |
| Limite Definido por Resolucao do Senado Federal | | | 104.362.335,18 | 22,00 | |
| OPERACOES DE CREDITO | | | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA | |
| Operacoes de Credito Internas e Externas | | | 1.843.261,40 | 0,38 | |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operacoes de Credito Externas e Internas | | | 75.899.880,13 | 16,00 | |
| Operacoes de Credito por Antecipacao da Receita | | | 0,00 | 0,00 | |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operacoes de Credito por Antecipacao da Receita | | | 33.206.197,55 | 7,00 | |

FONTE:CN-SIFPM - Sistema Integrado de Financas Publicas Municipais, Unidade responsavel- CONTABILIDADE, Data da emissao 17/SET/2025 e hora de emissao 17:11
 Os dados da entidade CAMARA MUNICIPAL foram extraídos do sistema .
 Yan Lopes de Almeida Dalane Lucena Sousa Valdiná Alves Chaves
 Prefeito Municipal Dir.Depto Gestão Orçam e Contabilidade Resp.Controle Interno
 CRC-1SP-349248/O-2